



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **RECIFE – 27ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
PROCESSO Nº: **0115015-6/03**  
EMBARGANTE: **TECON SUAPE S/A**  
EMBARGADA: **BRACICLO COM. REP. IMPORT. EXPORT. LTDA**  
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA:**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. RELATOR DO APELO AFASTADO DAS ATIVIDADES DO TRIBUNAL NA OCASIÃO DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REVISOR PASSA A SER RELATOR DOS ACLARATÓRIOS. ART. 71, §2º, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADAS. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.**

**1-** Recurso de Apelação que teve como relator o Des. José Henrique Coelho Dias da Silva, o qual se encontrava afastado do exercício no tribunal quando do julgamento dos Embargos de Declaração nº 0115015-6/01.

**2 -** Aplicação do Art. 71, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal, que prevê a competência do Revisor do acórdão embargado, Des. Sílvio de Arruda Beltrão, para ser o relator dos Embargos de Declaração.

**3 -** Não há qualquer erro material a ser sanado.

**4 -** Não restaram configuradas as hipóteses previstas nos incisos I e II, do Art. 535, do CPC.

**5 -** Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº **0115015-6/03**, em que figuram como partes como Embargante **TECON SUAPE S/A** e como Embargado **BRACICLO COM. REP. IMPORT. EXPORT. LTDA**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 03-10-2013.

  
Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**  
Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **RECIFE – 27ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
PROCESSO Nº: **0115015-6/03**  
EMBARGANTE: **TECON SUAPE S/A**  
EMBARGADA: **BRACICLO COM. REP. IMPORT. EXPORT. LTDA**  
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO:**

---

A Embargante interpôs os presentes Embargos de Declaração em face do acórdão lançado pelo julgamento dos Embargos de Declaração de nº 0115015-6/01, que foi rejeitado à unanimidade de votos.

A Embargante alega que haveria erro material no julgamento dos Embargos anteriormente oposto.

Afirma que, na ocasião do julgamento da Apelação de nº 0115015-6, teria sido convocado o Des. José Henrique Coelho para sua relatoria, quem estaria substituindo o Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, mas no julgamento dos Embargos de Declaração nº 0115015-6/01, quem passou a ser relator foi o Des. Sílvio de Arruda Beltrão, o que estaria em desobediência ao estabelecido no Regimento Interno deste Tribunal, que prevê que o relator do acórdão embargado será o mesmo dos Embargos Declaratórios.

Requer que seja reconhecido o erro material, declarada nula a decisão proferida pelo Des. Sílvio de Arruda Beltrão e determinado que o Des. Agenor Ferreira seja o Relator dos Embargos de Declaração de nº 0115015-6/01, para só então serem julgados.

É o relatório.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 03-10-2013

  
Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **RECIFE – 27ª VARA CÍVEL**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
PROCESSO Nº: **0115015-6/03**  
EMBARGANTE: **TECON SUAPE S/A**  
EMBARGADA: **BRACICLO COM. REP. IMPORT. EXPORT. LTDA**  
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO:**

---

Os presentes Aclaratórios foram interpostos com o escopo de ver sanado suposto erro material constante no julgamento dos Embargos de Declaração de nº 0115015-6/01.

Compulsando os autos, entrevejo que o acórdão, objeto do presente recurso, não se encontra eivado do vício apontado.

Nestes termos, verifico que o recurso de Apelação nº 0115015-6 foi, inicialmente, distribuído à Relatoria do Des. Agenor Ferreira de Lima Filho, mas, na ocasião do seu julgamento, foi relator do recurso o Juiz Des. Substituto José Henrique Coelho Dias da Silva, o qual estava afastado do exercício no tribunal quando do julgamento dos Aclaratórios.

Desta feita, foi aplicado o Art. 71, §2º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, o qual previa: "O relator será escolhido mediante sorteio, na forma do Art. 65 e seguintes, exceto: [...]. §2º - Nos embargos de declaração, será relator o do acórdão embargado, salvo se estiver afastado do exercício no tribunal, caso em que funcionará o revisor, se houver, ou o primeiro vogal que tiver votado de acordo com o relator."

Ora, ao contrário do que quer fazer crer a Embargante, o Relator do apelo interposto foi o Dr. José Henrique Coelho Dias da Silva, o qual se encontrava afastado das atividades do tribunal no julgamento dos Embargos de Declaração, razão por que quem deve ser relator dos Aclaratórios é o revisor do apelo, ou seja, o Des. Sílvio de Arruda Beltrão.

Assim, não há erro material a ser sanado, haja vista que foi plenamente obedecido o dispositivo legal que trata do assunto.

Por não preencherem os requisitos estabelecidos nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, entendo que os presentes Aclaratórios devem ser rejeitados.

Ausente qualquer fato capaz de demonstrar o enquadramento nas hipóteses de cabimento deste tipo de recurso, intenciona a parte, na verdade, a revisão do julgado, incabível em sede embargatória.

Desse modo, consoante expressamente consignado no referido Art. 535, II do CPC, os Embargos Declaratórios não têm a finalidade de revisar ou anular pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida, mas tão-somente sanar obscuridade,



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso.

Por todo o exposto, **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração, mantendo, em todos os seus termos o Acórdão prolatado no julgamento dos Embargos de Declaração de nº 0115015-6/01.

É como voto.

Atente-se à Diretoria Cível para correção da capa do presente recurso, a fim de modificar a numeração dos Embargos de Declaração do nº 0115015-6/03 para nº 0115015-6/02.

Recife, 03.10.2013.

  
Des. **ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -